

PERFIL SOCIOECONÔMICO DE FAMÍLIAS INCLUIDAS NO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NOS BAIRROS NOSSA SENHORA DE FÁTIMA E VILA NOVA, TEFÉ-AM ¹

Juliana Chacon Cavalcante²
Larissa Gabrielle Valente Hounsell³
Armando Clovis Marques de Souza⁴
Nelissa Bezerra Peralta⁵

RESUMO

O objetivo desta pesquisa foi caracterizar as condições socioeconômicas de famílias incluídas no Programa Bolsa Família em dois bairros do município de Tefé: Nossa Senhora de Fátima e Vila Nova. O método utilizado foi o levantamento quantitativo de caráter recordatório. Foram realizadas entrevistas estruturadas com perguntas sobre as fontes de rendimentos, as despesas dos domicílios e dados sobre as condições dos domicílios. As estimativas de rendimentos médios das atividades produtivas foram obtidas a partir de dados secundários. A amostra corresponde a 76 famílias. O rendimento médio das famílias em 2014 foi de R\$10.016 ou R\$ 835 mensais e a renda média *per capita* foi de R\$143. A despesa média foi de R\$ 10.316 ou R\$ 860 mensais e R\$ 149 *per capita*. Os rendimentos advindos do Programa Bolsa Família representam 24% dos rendimentos totais. Benefícios sociais⁶ tiveram uma participação expressiva no orçamento familiar. Sem o Programa Bolsa Família 72% das famílias estudadas estariam abaixo da linha da pobreza, já com a inclusão no programa o percentual de famílias nessa situação é de 65%. A ajuda que o governo oferece através dos auxílios com o objetivo de aliviar a situação de pobreza dessas famílias, embora relevante não é suficiente para retirá-las da pobreza. Entretanto, o programa tem impactos em termos de atendimento às suas condicionalidades: do total de crianças que estão em idade escolar e têm até 15 anos de idade (n=219), 97% estão frequentando a escola e 83% (n=76)⁷ das famílias declaram ter acompanhamento no posto de saúde.

PALAVRAS-CHAVE: Composição da Renda. Benefícios Sociais. Pobreza.

INTRODUÇÃO

Para que a cidadania seja exercida com plenitude é preciso que os direitos fundamentais e constitucionais pelos quais as pessoas estão amparadas sejam cumpridos (ABREU, 2011). O Estado é o principal responsável por garantir esses direitos através de sua intervenção por meio da aplicação de políticas públicas eficazes a fim de garantir a realização de objetivos como a diminuição da pobreza e das desigualdades sociais, essenciais para as

¹Artigo de conclusão de curso solicitado como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas pela Escola Superior de Ciências Sociais – ESO da Universidade Estadual do Amazonas – UEA.

² Formanda em Ciências Econômicas da Universidade Estadual do Amazonas. Email: juliana_chacon10@hotmail.com

³ Formanda em Ciências Econômicas da Universidade Estadual do Amazonas. Email: larissahounsell@gmail.com

⁴ Professor Msc. de Economia da Universidade do Estado do Amazonas. Email: acmsouza@uea.edu.br

⁵ Doutora em Sociologia pela UFMG, Pesquisadora titular pelo Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá. Email: nelissa@mamiraua.org.br

⁶ Bolsa Família, Bolsa Floresta, Salário Maternidade, Pensão e Aposentadoria.

⁷ n= Número da Amostra.

famílias de camadas mais pobres da população, que tem seus direitos negados. Mas, historicamente, muitas políticas econômicas e sociais implementadas por diversos governos no Brasil não conseguiram atingir seus objetivos de diminuição da pobreza e desigualdade (SANTOS; NASCIMENTO, 2006). Ainda os mesmos autores mostram que reflexos dessas políticas mal sucedidas perduram na sociedade que, mesmo em tempos de ascensão econômica, sofre com problemas como fome, miséria e desigualdade social; todos decorrentes da má distribuição de renda e descaso por parte do governo com uma parte significativa da população brasileira.

Desde a redemocratização, principalmente a partir dos anos 2000, o governo federal tem avançado na criação de políticas públicas mais abrangentes e de maior eficiência. As políticas de transferência de renda fazem parte do leque de políticas públicas voltadas à diminuição da pobreza e desigualdade. Para isso foram desenvolvidos programas de assistência a milhares de famílias brasileiras que estão na extrema pobreza.

Implantado em 2003, o Bolsa Família é considerado o maior programa de redistribuição de renda do mundo, com um grande impacto não só na renda e bem estar das famílias, como também na economia brasileira, tendo um amplo alcance com um baixo custo para os cofres públicos – apenas 0,4 % do PIB no ano de 2010. O programa tem como objetivo fundamental combater o ciclo de reprodução da pobreza de geração em geração através de suas condicionantes⁸ para a inclusão no programa (FALCÃO, 2011). O programa já apresenta impactos importantes – entre os anos de 2003 a 2011, a extrema pobreza no Brasil teve uma queda de 8% para 3% das famílias no Brasil e a pobreza recuou de 16% para 6%. Já a renda *per capita* brasileira cresceu de R\$ 550,00 para R\$ 770,00. O coeficiente de Gini⁹ diminuiu de 0,576 para 0,523 significando que quanto mais próximo de um menor a concentração de renda (SOUZA; OSORIO, 2013).

Segundo Campelo e Neri (2013), muitas imagens equivocadas rondam o Programa Bolsa Família. Há uma grande preocupação quanto à destinação adequada do benefício e seus impactos. Exemplos dessa visão é a ideia de um possível efeito pró-natalista, ou um aumento na taxa de fecundidade, com o intuito de se beneficiar do Programa. Outra

⁸ Segundo MDS (Ministério do Desenvolvimento Social), as condicionalidades são compromissos assumidos por parte das famílias beneficiadas pelo programa e do poder público, nas áreas da saúde e educação. Na saúde, as famílias têm que estar com o cartão de vacinação das crianças menores de sete anos atualizados, além do acompanhamento das gestantes através do pré-natal e dos nutrízes. Na educação, a condição é que todas as crianças e adolescentes entre seis e 15 anos estejam devidamente matriculados com frequência mensal mínima de 85% de carga horária, além de os jovens entre 16 e 17 anos com frequência de no mínimo, 75%.

⁹ O Coeficiente de Gini (G) é uma medida estatística de desigualdade, muito usada para indicar o grau de concentração de renda de uma região (Nishi, 2010).

hipótese é que a elevação da renda da família poderia causar desestímulo na busca por outras fontes de renda. Mas essas idéias foram rebatidas por estudos realizados que mostraram que as beneficiárias do Programa Bolsa Família tiveram taxas de fecundidade significativamente menores que as elegíveis não beneficiárias, principalmente no segmento de renda mais baixa (SIMÕES;SOARES, 2012).

Um avanço importante do programa Bolsa Família é sua cobertura que atende parcela da população anteriormente desassistida por políticas federais de diminuição da desigualdade. Atualmente a cobertura do programa atinge alguns dos municípios mais pobres do Brasil e com baixos níveis de IDH, com economias pouco diversificadas. Esse é o caso de municípios do interior da Amazônia, como o município de Tefé que apresenta PIB de R\$ 556.739.000 e IDH que passou de 0,438 em 2000 para 0,639 em 2010 (IBGE, 2014).

Embora haja resultados positivos, uma crítica é que o programa Bolsa Família, por promover cidadania por meio do aumento da renda e do consumo não estaria realmente promovendo a inclusão social. Embora o programa imponha condicionalidades como atenção à saúde das crianças e gestantes e a frequência escolar, os serviços oferecidos são muito precários e não há investimentos específicos do Programa em serviços públicos, como educação e saúde.

Tendo em conta essas questões, o objetivo dessa pesquisa foi caracterizar de que forma as políticas públicas de transferência de renda, dando ênfase ao Programa Bolsa Família, influenciam na composição dos rendimentos, das despesas e patrimônio doméstico das famílias que recebem esse benefício, possibilitando caracterizar um perfil socioeconômico dessas famílias.

METODOLOGIA

A pesquisa é de cunho descritivo, pois faz uma exposição das características de uma população e uma comparação entre variáveis sociais e econômicas. Os procedimentos para a pesquisa foram a revisão bibliográfica e documental. “A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas e publicadas por meio de escritos e eletrônicos como livros, artigos científicos, páginas de web sites” (Fonseca, 2002). Também foram realizadas pesquisas de campo através de entrevistas estruturadas, a fim de coletar dados quantitativos da amostra.

O levantamento foi realizado com famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família nos Bairros Nossa Senhora de Fátima e Vila Nova em Tefé-AM, através de uma

amostragem aleatória simples dos domicílios com famílias beneficiadas pelo Programa. Foram coletadas informações de 76 domicílios. Com esses dados também foi possível comparar a realidade econômica desses bairros com dados gerais do município.

O questionário foi produzido para obter-se o perfil das famílias em termos de rendimentos e despesas. A coleta dos dados foi realizada entre o período de Agosto de 2014 a Dezembro do mesmo ano. Os rendimentos médios mensais com agricultura, pesca e extração de madeira foram obtidos a partir de dados secundários. Os dados da agricultura foram estimados de acordo com a produção de mandioca e a venda de farinha, o valor da madeira foi estimado através da quantidade de madeira serrada dividida pelo número de serradores e a pesca pela quantidade de peixe pescado em 2014. As famílias que declararam seus rendimentos com esses tipos de atividades tiveram esses valores estimados. O valor médio da agricultura foi obtido na Secretaria Municipal de Produção e Abastecimento; o rendimento médio da madeira foi obtido a partir de Marcos (2014) e o valor da pesca foi obtido a partir de informações cedidas pela pesquisadora do Instituto Mamirauá, Polliana Ferraz.

1. CARACTERÍSTICAS SÓCIOECONÔMICAS DAS FAMÍLIAS

Para caracterizar as famílias foram levadas em consideração o número total de pessoas e o número médio de membros que compõe as famílias, assim como também foram levados em conta o gênero das chefes de famílias, a média de idade e escolaridade. Podemos analisar também as características demográficas dessas famílias e a situação social em que ela está inserida, bem como condições de moradia, infraestrutura dos bairros entre outros.

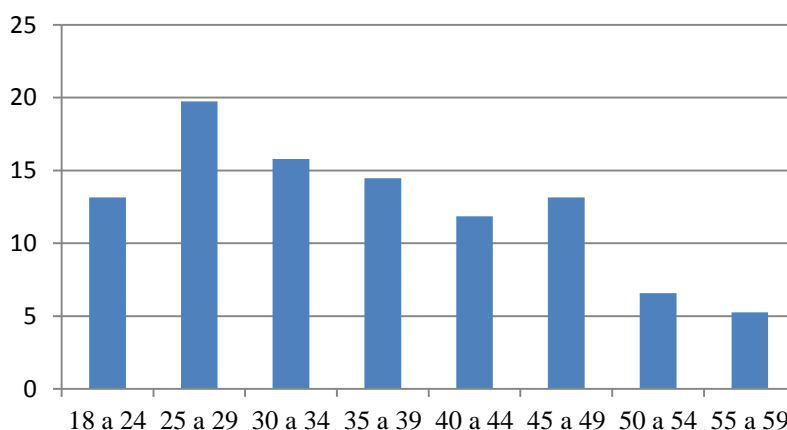


Figura 1: Distribuição percentual da amostra segundo faixa etária das entrevistadas (n=76).

Fonte: Dados da pesquisa.

A amostra está composta de 76 famílias ou 494 pessoas, contendo uma média de seis membros. Entre as famílias 40% são chefiadas por mulheres. A média de idade das pessoas entrevistadas é de 36 anos, sendo que a maior parte delas jovens entre 25 e 29 anos de idade (Figura 1). De acordo com os cálculos feitos através dos dados coletados, 57% delas são casadas ou possuem uma união estável, 36% são solteiras, e 7% são viúvas.

As entrevistadas que não frequentaram a escola citaram como motivos a ausência de escola nas comunidades em que viviam na infância. As que deixaram a escola dizem que a razão disso foi que assumiram o papel de dona de casa muito cedo.

Tabela 1: Taxa de analfabetismo comparada com Tefé, Amazonas, Norte e Brasil.

Famílias entrevistadas (n=76)	Tefé	Amazonas	Norte	Brasil
7%	20%	7%	10%	10%

Fontes: Dados da Pesquisa; IPEA - Situação social nos Estado Brasília 2012; INEP

Dentre as entrevistadas, 93% frequentaram a escola sendo que 7% não tiveram nenhuma educação escolar. Podemos verificar que o percentual de pessoas analfabetas dos bairros escolhidos (n=76) é igual à de todo o Amazonas, mostrando assim uma alta concentração de analfabetismo no bairro.

Para calcular a média de anos de escolaridade dividiu-se a quantidade das pessoas entrevistadas que frequentaram a escola pelos anos de escolaridade. De acordo com esse cálculo as entrevistadas tiveram 6,4 anos de escolaridade em média, o equivalente ao quarto ano do ensino fundamental, 88% das entrevistadas que estudaram apenas 15% concluíram a oitava série e apenas uma está cursando o ensino superior. Dividimos a amostra em dois grupos para identificar se há diferenças significativas entre as famílias que estão acima e abaixo da linha da pobreza. A faixa de renda utilizada pelo governo federal para caracterizar famílias em situação de extrema pobreza são aquelas com renda per capita de até R\$ 77,00 e em situação de pobreza, famílias com renda per capita de até R\$ 154,00. Existe uma diferença de dois anos de escolaridade entre os dois grupos (Figura 2).

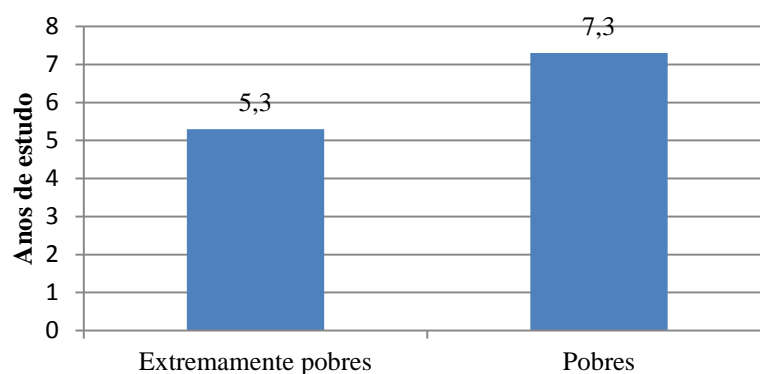


Figura 2: Diferença de anos de escolaridade entre pobres e extremamente pobres.
Fonte: Dados da pesquisa.

As entrevistadas tiveram em média cinco filhos. Do total de crianças que estão em idade escolar e têm até 15 anos de idade (n=219), 97% estão frequentando a escola. Um dos quesitos a serem preenchidos pelas famílias para permanecerem inscritas no Programa Bolsa Família é que todas as crianças e adolescentes entre seis e 15 anos devem estar devidamente matriculados e com frequência escolar mínima de 85% da carga horária escolar mensal, já os estudantes entre 16 e 17 anos devem ter frequência de no mínimo 75% (MDS, 2015). Esta condicionante pretende garantir a permanência das crianças na escola, mas não lida com o desempenho escolar do estudante. Segundo Kerstenetzky, (2009) a efetividade das condicionalidades do Programa Bolsa Família é, por sua vez, condicional à disponibilidade e à qualidade dos serviços providos pelo Estado; para a autora, uma rápida avaliação dos serviços básicos de educação e saúde no Brasil evidencia, contudo, quão crítica é sua provisão.

Em relação às condições de saúde, os dados da pesquisa mostraram que 83% (n=76) das famílias alegam ter acompanhamento no posto de saúde. Quando a população do bairro necessita de atendimento médico, deslocam-se até o posto do bairro mais próximo. Destas 62 famílias que têm acompanhamento de saúde, 69% são assistidas por agentes comunitárias de saúde que visitam as casas regularmente e 31% frequentam regularmente a unidade básica de saúde. Das grávidas da amostra (n=7) seis estão fazendo pré-natal.

Quanto à habitação, 83% das famílias entrevistadas possuem domicílio próprio, os outros 17% vivem em casas cedidas ou com parentes. O material predominante na construção dessas casas é a madeira (75%), sendo que 10,5% das casas são construídas com madeira e alvenaria, chamada de casas mistas e 14,5% das casas totalmente construídas de alvenaria. A média de cômodos por casa é de dois quartos, uma sala, um banheiro, uma cozinha.

Os banheiros possuem estruturas precárias caracterizando-se por estarem nas áreas externas das residências. Os banheiros não têm ligação com sistemas de tratamento de esgoto. Em consequência disto os dados analisados mostraram que 71% das casas despejam esgoto no igarapé. Durante a época de enchente o igarapé invade as casas próximas. 29% das residências têm banheiros com fossas negras¹⁰, que representam riscos aos lençóis freáticos já que as mesmas são apenas buracos no chão sem barramento de líquido, o que pode gerar a contaminação da água utilizada para consumo dessas famílias.

Tabela 3: Taxa de abastecimento de água, famílias entrevistadas, Amazonas, Norte e Brasil.

Famílias entrevistadas (n=76)	Amazonas	Amazonas	Brasil
97%	75%	75%	88%

Dados da pesquisa; IPEA.

A fonte de abastecimento de água dos bairros é gerenciada pelo Serviço Autônomo de Água Esgoto – SAAE, e atende 97% das famílias entrevistadas (tabela 3). Esse ponto pode ser considerado positivo, comparando aos serviços de abastecimento de água em nível local e nível estadual. Cabe ressaltar que existem dois poços artesianos localizados nos bairros que atendem a demanda das famílias. Apenas uma entrevistada relata a ausência de abastecimento de água, segundo ela o motivo de não possuir água encanada era por sua casa estar distante do ponto de distribuição. Da água utilizada para consumo, 1% das casas não dão nenhum tipo de tratamento, 12% é fervida, 17% filtrada, e 70% é clorada.

Pela dificuldade do acesso aos bairros, o serviço de coleta de lixo não atende a todos os domicílios. Com isso os dados mostraram que apenas 33% dos entrevistados relatam que há coleta de lixo periodicamente; 64,5% dos moradores declaram queimar seu lixo, 1,3% enterram, e 1,3% despejam em terrenos baldios. Essas práticas podem provocar, entre outras coisas, contaminação de corpos d'água, assoreamento, enchentes, proliferação de vetores transmissores de doenças, além de poluição visual, mau cheiro e contaminação do ambiente (MUCELIN; BELLINI, 2008).

2. RENDIMENTOS, DESPESAS E PATRIMÔNIO

¹⁰ Segundo CHAVES et al (2007) em sua citação, fossa Negra é uma “fossa escavada no solo, sem revestimento interno onde os dejetos caem parte se infiltrando e parte sendo decomposta na superfície de fundo”.

Para caracterizar as condições socioeconômicas das famílias dos bairros de Nossa Senhora de Fátima e Vila Nova é necessário considerar as fontes do orçamento doméstico. Foram levadas em conta as diferenças entre esses rendimentos que provêm de atividades produtivas, trabalhos remunerados, prestação de serviços formais e informais ou benefícios governamentais. Os resultados da pesquisa tratam do modo pelo qual as famílias obtêm seus rendimentos ou seus ingressos monetários e seu poder de compra, a composição de seu patrimônio e suas preferências de consumo.

O Programa Bolsa Família é composto pelo benefício básico - valor de R\$ 77,00 - concedido a famílias em situação de extrema pobreza, ou seja, como a maior parte das famílias entrevistadas está abaixo da linha da extrema pobreza, todas recebem esse benefício. Além disso, possui o benefício variável no valor de R\$ 35,00, direcionado para famílias que apresentam em sua composição crianças de zero a 15 anos, com no máximo de cinco crianças beneficiadas por família, logo todas as famílias são compostas por crianças, e recebem esse benefício. Já o benefício variável jovem é concedido para famílias que são compostas por adolescentes de 16 e 17 anos no valor de R\$ 35,00 e com no máximo de dois beneficiados; apenas 64 delas recebem. Algumas famílias relataram a não atualização do cadastro e que muitos jovens maiores de 18 anos ainda recebem o benefício – o que confirma algumas falhas do programa, já que a idade limite para o recebimento do benefício é 17 anos. De cinco famílias elegíveis para o recebimento do benefício de superação da pobreza na primeira infância, apenas duas recebem. As outras três famílias ainda não atualizaram o cadastro.

Houve uma reclamação sobre a demora das famílias para receber os benefícios do programa pela primeira vez: 79% das famílias relataram esperar muito depois da efetuação do cadastro para começar a receber os benefícios, com uma média de dois anos e meio de espera.

Tabela 3. Rendimento *per capita* médio das famílias entrevistadas comparadas com Tefé, Norte e Brasil.

Famílias entrevistadas (n=76)	Tefé	Amazonas	Norte	Brasil
R\$ 143,00	R\$ 386,88	R\$ 432,22	R\$ 439,30	R\$ 631,71

Fonte: Dados da pesquisa; Secretaria de Planejamento do Amazonas; Ministério da Saúde – DATASUS.

A renda média mensal das famílias dos bairros Vila Nova e Nossa Senhora de Fátima em 2014 foi estimada em R\$ 835,00 com uma renda *per capita* média de R\$ 143,00¹¹. Rendimentos 63% menores que a renda média *per capita* do município (Tabela 3).

Tabela 4. Renda anual, mensal e renda *per capita* domiciliar sem benefícios.

Renda média domiciliar anual (R\$)	Renda média domiciliar mensal (R\$)	Renda média <i>per capita</i> mensal (R\$)	Renda média <i>per capita</i> (sem Bolsa Família)
R\$ 10.016,00	R\$ 835,00	R\$ 143,00	R\$ 110,00

Fonte: Dados da pesquisa.

Como mostrado anteriormente, o governo federal definiu a linha da pobreza em R\$ 154,00 *per capita* mensais e a extrema pobreza até R\$ 77,00 *per capita* mensais. Os dados desta pesquisa mostram que a renda média *per capita* das famílias mesmo com os benefícios está abaixo da linha da pobreza, mostrando a vulnerabilidade das mesmas (Tabela 4).

Entretanto, é a própria participação no Programa Bolsa Família que eleva a renda média das famílias e as retira da linha da extrema pobreza. Isso confirma a necessidade dessas famílias por mais recursos monetários que aumentem seu poder de compra e conseqüentemente melhorem suas condições de vida. Sem a inclusão no Programa Bolsa Família os equivalentes a 9% das famílias estariam na extrema pobreza (Figura 3).

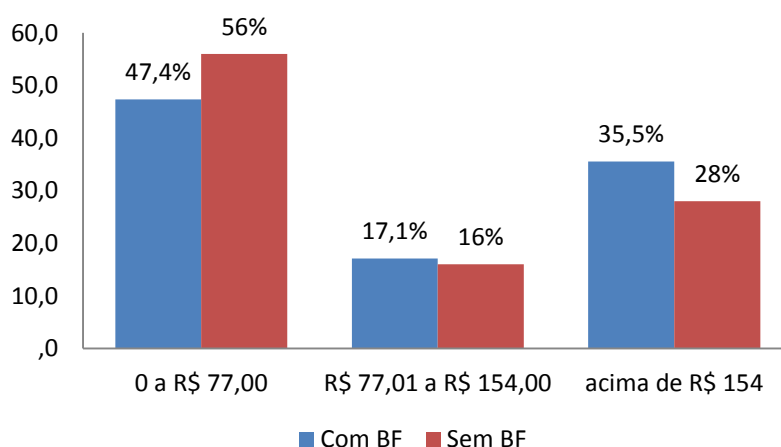


Figura 3: Distribuição das famílias com e sem bolsa família em três faixas de renda *per capita*.

Fonte: Dados da pesquisa.

¹¹ Verifica-se que cada família tem um número de pessoas e nível de renda diferentes, por isso a média foi calculada a partir da média per capita de cada família, ou seja, somando todas as diferentes média e dividindo pelo número da amostra n=76.

De acordo com o IPEADATA (2014), a extrema pobreza no Brasil diminuiu de 15% da população brasileira em 2003 (ano de criação no Programa Bolsa Família) para 7% em 2013, ano em que o programa completou dez anos. Segundo IPEA (2014), com o Programa Bolsa família e a melhora na economia brasileira, inclusive devido aos ganhos reais com o aumento do salário mínimo - um grande número de pessoas saiu da indigência, ou extrema pobreza, porém ainda continuam abaixo da linha da pobreza.

Na figura 3 entende-se que sem o Programa Bolsa Família 56% das famílias estariam em situação de extrema pobreza, já com a inclusão no programa o percentual de famílias nessa situação é de 47%. Sem o Programa Bolsa Família apenas 28% das famílias estariam acima da linha da pobreza, enquanto que na situação atual esse número é de 35%. Embora haja elevação da renda, vemos que os dados mostram uma situação onde a maioria das famílias ainda se encontra em situação de extrema pobreza. O que significa que o programa tem impacto ainda reduzido sobre a erradicação da pobreza. Na região de Tefé, considerando os atuais níveis de renda *per capita*, para atingir seus objetivos de erradicar a pobreza e extrema pobreza o programa deveria elevar a renda das famílias em patamares bem superiores.

2.1. Composição da Renda

A renda das 76 famílias selecionadas advém de atividades produtivas como a agricultura, a extração de madeira e a pesca; salários; benefícios; trabalho informal e comércio. A figura abaixo mostra o percentual de famílias que participam das diversas atividades econômicas.

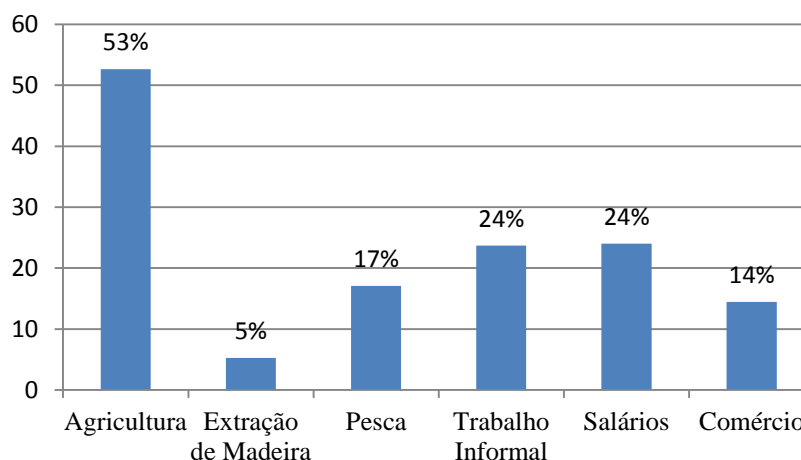


Figura 4: Percentual de famílias que declaram ter as atividades acima como fonte de rendimentos (n=76).
Fonte: Dados da pesquisa.

Embora agricultura, pesca e madeira sejam atividades regulares para essas famílias, sua contribuição para a composição da renda é menor. Muitos declararam que apenas o excedente de sua produção era destinado à venda, sendo a maior parte para consumo próprio. Importante observar, entretanto que essas famílias, embora residentes na zona urbana do município de Tefé, dependem de atividades produtivas realizadas em áreas da zona rural- de recursos naturais como pescado e terras para agricultura. Sendo esta última a principal atividade produtiva realizada pelas famílias, correspondendo a 53% dos domicílios entrevistados (Figura 4).

Para analisar a composição da renda doméstica é importante considerar a origem dos ingressos monetários. A tabela 6 apresenta as informações relativas à contribuição percentual mensal de cada atividade dos domicílios no ano de 2014. Foram consideradas as principais fontes de renda: agricultura, pesca, extração de madeira, benefícios do governo, salários e comércio.

Tabela 5. Contribuição percentual das atividades para a composição dos rendimentos.

Atividade	Percentuais (%)
Agricultura	6
Pesca	2
Madeira	1
Aposentadoria	15
Bolsa Família	24
Outros benefícios	4
Salários	26
Trabalho informal	21
Comércio	1

Fonte: Dados coletados

As atividades produtivas (agricultura, pesca e madeira) corresponderam a 9% da renda total¹²; benefícios governamentais (aposentadoria, bolsa família, pensão e salário maternidade) 43%; e ainda 48% referente a salários, trabalhos informais e comércio (Tabela 5).

Estimou-se que a agricultura representou em 2014 um total de 6% da renda das famílias estudadas no Bairro Vila Nova e Nossa Senhora de Fátima. A pesca representou 2% não sendo uma atividade determinante para a formação da renda da família, porém sendo de

¹²Agricultura, pesca e madeira tiveram seus dados estimados de acordo com dados da Sindicato dos Agricultores de Tefé; Marcos (2014) e Ferraz (2015).

grande importância como fonte de alimento principal. Algumas famílias declararam pescar para o próprio consumo – como 30% delas declararam possuir pequena embarcação rabeta (Tabela 10), pressupomos que estas famílias têm a pesca como fonte de alimentação (Tabela 6).

A pesquisa mostra que dentre as famílias entrevistadas 24% têm membros com trabalho assalariado (Figura 4). Destes, 56% são empregadas domésticas, agentes de limpeza ou serviços gerais. Dentre os trabalhos informais, os mais citados são ajudante de pedreiro, diarista, mototaxista e carregador.

Mesmo participando de trabalho assalariado de baixa remuneração – a maioria recebendo apenas um salário mínimo – é essa fonte que mais contribui para a composição dos rendimentos das famílias (26%) (Tabela 6).

A segunda contribuição mais relevante para a formação da renda *per capita* dessas famílias é do Programa Bolsa Família, como mostra a tabela 6. Sem esses benefícios a renda das famílias ficaria 24% mais baixa – deixando as famílias mais vulneráveis à pobreza.

A vulnerabilidade dessas famílias também pode estar atrelada à chefia feminina. Pinto *et al* (2011), mostram que entre as famílias que têm a mulher como principal provedora a incidência de pobreza é maior. Além de provedora, a mulher assume as funções domésticas e o cuidado com os filhos. Muitas dessas mulheres são submetidas ainda à violência doméstica e abandono por parte dos seus companheiros, deixando o legado de prover sozinha pela família. A pesquisa encontrou também essa relação entre gênero e rendimentos menores. Dados da tabela 6 demonstram que entre as entrevistadas que não eram chefes de família a renda *per capita* foi de R\$149,00. Entre aquelas que as mulheres eram as únicas provedoras e chefes de família a renda média *per capita* foi de R\$ 135,00, uma diferença de 10% entre os rendimentos dessas famílias. (Tabela 6).

Tabela 6. Comparação entre rendimentos por gênero do chefe de família.

Renda média <i>per capita</i> das famílias chefiadas por homens (n=32)	Renda média <i>per capita</i> das famílias chefiadas por mulheres (n=44)
R\$ 149,00	R\$ 135,00

Fonte: Dados coletados.

2.2. Composição das Despesas

As famílias produzem e consomem de acordo com suas necessidades e possibilidades de obter fontes de rendimentos. É a partir daí que tomam as decisões de como e quanto vão produzir de acordo com a disponibilidade dos membros da família em idade

produtiva e de suas necessidades de consumo. Por isso é importante também entender as despesas das famílias para entender suas condições de vida e seu nível de vulnerabilidade.

Os domicílios gastaram em 2014 uma média de R\$ 10.316,00 ao ano; R\$ 860,00 mensais; R\$ 149,00 *per capita*. Para caracterizar as despesas das famílias, os gastos foram agrupados em 10 categorias (Tabela 8). A despesa *per capita* das famílias foram estimadas da mesma forma que as receita *per capita*, pela média da média das despesas de cada família.

Tabela 7. Despesa anual, mensal e despesa *per capita* domiciliar.

Despesa média domiciliar anual (R\$)	Despesa média domiciliar mensal (R\$)	Despesa média <i>per capita</i> mensal (R\$)
R\$ 10.316,00	R\$ 860,00	R\$ 149,00

Fonte: Dados coletados

As despesas das famílias do Bairro de Vila Nova e Nossa Senhora de Fátima concentram-se em gastos com alimentação, que corresponde às refeições compradas diariamente ou os alimentos perecíveis – pão, frango, verdura, salsicha, ovos, pescado e o *rancho*¹³(Tabela 8).

Tabela 8. Contribuição percentual das despesas.

Variáveis	Percentuais (%)
Alimentação dia-a-dia (perecíveis)	44%
Rancho mensal	20%
Patrimônio	15%
Luz	6%
Gás	5%
Vestuário	3%
Transporte	2%
Água	2%
Material escolar	2%
Outras despesas	1%

Fonte: Dados coletados.

¹³ Rancho é o termo local para denotar o conjunto de artigos de limpeza, higiene e alimentos não perecíveis de alta reposição que são comprados mensalmente.

A alimentação corresponde aos gastos que essas famílias têm no seu dia a dia¹⁴, correspondendo a 44% da sua renda mensal (Tabela 8). Segundo os dados, quando não dispõem de recursos para fazer um rancho mensal ou comprar gás, 84% dessas famílias optam por comprar suas principais refeições prontas- como marmitas, churrascos - tendo gastos diários com esse tipo de alimentação, dispêndio que representa a maior parcela da renda dessas famílias, no final do mês. Pesquisas do IBGE (2014) mostram que a escolha dessas famílias por esse tipo de alimentação deve-se à falta de tempo por conta do trabalho. O rancho representa o segundo gasto mais significativo para as famílias. Os dados mostram que das 76 famílias entrevistadas 74% fazem esse tipo de compra.

Outro gasto relevante para as famílias corresponde a despesas com transporte. Por não haver transporte público, o principal meio de locomoção em Tefé é o serviço de moto-taxi, sendo um gasto muito alto para as famílias que utilizam esse serviço para levar seus filhos para a escola. Esse tipo de dispêndio corresponde à R\$ 185,60 mensais a menos na renda das famílias que têm essas despesas. Outros gastos correspondem a despesas básicas como água, luz, vestuário, material escolar entre outros (Tabela 8).

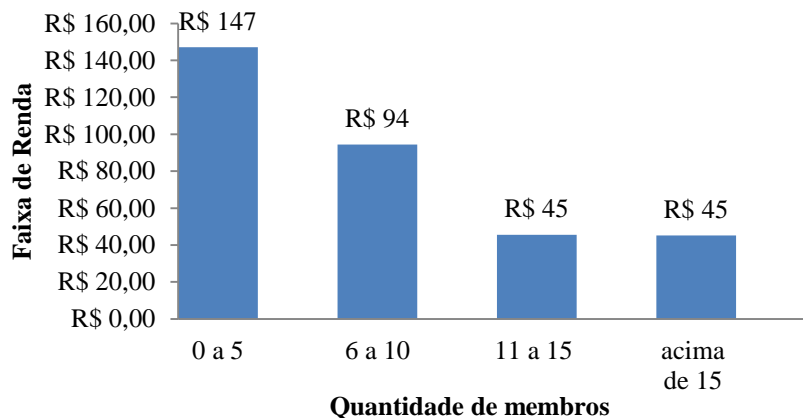


Figura 5: Relação entre quantidade de membros na família e suas despesas (n=76)
Fonte: Dados da pesquisa.

Outro fator importante a citar que influencia diretamente nos gastos das famílias é sua composição familiar, quanto mais membros no domicílio, menos o valor do rendimento *per capita*. As famílias que têm acima de 10 membros são as que estão abaixo da linha de extrema pobreza (Figura 5).

¹⁴Compra de pão, sacolão (sacola contendo uma quantidade de verduras para serem utilizadas em apenas um dia), lanches e etc.

Dependendo das diferenças na origem de cada rendimento, nas suas quantias e regularidade, cada tipo de ingresso monetário pode determinar como vão acontecer os gastos. Não foi observado o destino que as famílias dão aos seus rendimentos, até porque o programa dá autonomia para essas famílias gastarem de acordo com as suas necessidades. Mas segundo as entrevistadas, o Programa Bolsa Família teve um impacto positivo na renda das famílias. Muitas delas relataram que anteriormente não tinham condições de comprar iogurte, bolachas e frutas para seus filhos. Depois que passaram a receber o benefício, compram mensalmente tais itens que acreditam melhorar a alimentação dos filhos e uma forma de complementar a alimentação da família.

2.3. Composição do Patrimônio

Para considerar o desempenho econômico das famílias, a compra de bens de patrimônio doméstico pode ser considerada como um saldo positivo (PERALTA; LIMA, 2013). Depois que passaram a receber auxílios governamentais, o poder de compra dessas famílias aumentou, ampliando seu acesso a bens de consumo e de patrimônio, transformando as condições materiais dessas famílias. Das 76 famílias, 62% adquiriram algum tipo de patrimônio no ano de 2014. Os principais itens do patrimônio doméstico são cama com colchão 95%, televisão 93% e celular 74%. A forma de pagamento mais utilizada foi o parcelamento. O gasto total de todas as famílias com patrimônio foi de R\$ 9.962, ou seja, uma média de R\$ 131 ao ano por família (Tabela 9).

Tabela 9. Percentual de famílias que possuem os itens do patrimônio (n=76).

Atividade	Percentuais (%)
Fogão a gás	96%
Geladeira	95%
Cama com colchão	95%
Televisão	93%
Casa própria	83%
Celular	74%
Máquina de lavar	54%
Motor rabetá	30%
Motosserra	7%
Motor gerador de energia	3%

Fonte: Dados coletados

Podemos considerar o patrimônio doméstico como ativos que fazem com que essas famílias não caiam na vulnerabilidade. Como por exemplo, a casa própria, o celular, o

motor rabeta que dá acessibilidade aos lagos para a pesca, e a motosserra que permite a extração da madeira. A tabela 9 mostra o percentual de famílias que possuem os itens do patrimônio doméstico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com a Constituição brasileira é função primordial do Estado, assegurar o bem-estar social e garantir o direito a educação, saúde, trabalho e alimentação para todos. Para isso, foram criadas as políticas públicas de distribuição de renda para erradicar a extrema pobreza e reduzir a vulnerabilidade das famílias.

O objetivo desse artigo foi caracterizar o perfil de 76 famílias incluídas no cadastro do Programa Bolsa Família dos bairros de Vila Nova e Nossa Senhora de Fátima no município de Tefé. Por meio de entrevistas, buscou-se analisar o perfil socioeconômico das famílias participantes, suas condições de vida, suas receitas e despesas e composições orçamentária.

Sem os benefícios do Programa Bolsa Família as famílias teriam uma renda *per capita* média de R\$110 ou 24% menores. O principal gasto das famílias é com alimentação cotidiana. As famílias relataram que sem o benefício, não teriam condições de comprar itens importantes de alimentação, ou comprar eletrodomésticos, material escolar para seus filhos e ainda auxiliar no pagamento de contas como por exemplo de luz e água.

O aumento nos gastos com patrimônio doméstico pode também significar um aumento nas condições de vida da população, pois o investimento do orçamento do patrimônio indica que outras necessidades mais básicas, como a alimentação, estão sendo supridas (Peralta, 2005). De acordo com Lima (2002), o percentual do orçamento doméstico destinado à alimentação é um indicador de condições de vida – quanto mais alto este valor, mais perto o grupo se encontra do seu limite de sobrevivência. Uma menor proporção de gastos com a alimentação indica que as necessidades de subsistência estão sendo atendidas e que outros gastos podem ser efetuados. Os dados desta pesquisa mostram que as famílias ainda estão em situação de vulnerabilidade, pois 64% das despesas são destinados a gastos com alimentação e o rancho.

Ainda que recebendo auxílios do governo federal, as famílias continuam numa situação de vulnerabilidade. Vimos que suas despesas são maiores que as receitas, observando a necessidade dessas famílias por mais opções e fontes diversificadas de rendimentos, principalmente o trabalho assalariado. A ajuda que o governo oferece através dos auxílios

com o objetivo de aliviar a situação de pobreza dessas famílias, embora relevante não é suficiente para retirá-las da pobreza e extrema pobreza já que 65% delas continuam nessa situação de vulnerabilidade econômica.

Mais investimentos nos serviços básicos prestados pelo governo nas áreas de saúde, educação e infraestrutura são necessários, assim como investimentos em capital humano, como a oferta de cursos profissionalizantes. Outro fator importante é a criação de novos postos de trabalho no município. O trabalho assalariado, embora esteja presente em apenas 24% das famílias representa a maior fonte de rendimento.

Para Ferraz (2008), o desenvolvimento depende da liberdade, da melhoria da qualidade de vida das pessoas, do acesso a serviços básicos e não apenas do aumento da renda *per capita*. A falta de saneamento básico, a precariedade de serviços básicos de saúde e educação de qualidade, a permanência em trabalhos precários e informais – todos esses fatores mostram que o desenvolvimento social dessas famílias ainda está em níveis baixos – o que priva as famílias da liberdade de terem a vida que gostariam. Para Sen (2010), a pobreza não deve ser vista apenas pelo baixo nível de renda e sim uma forma de privação de capacidades e de autonomia. A ausência de políticas que são chamadas “portas de saída” do programa em espaços como o interior da Amazônia, pode também diminuir a autonomia das famílias no médio prazo.

REFERÊNCIAS

ABREU, Lidiane Rocha. **Bolsa Família: uma política pública de acesso aos direitos sociais.** In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XIV, n. 94, nov 2011. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=10740&revista_caderno=9>. Acessado em: 03/11/2014

CAMPELO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes. **Programa Bolsa Família; uma década de inclusão e cidadania.** - Brasília: IPEA, 2013. Disponível em: <http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2012-1/1SF/Sandra/apostilaMetodologia.pdf>. Acesso em: 15/12/2014

CHAVES, Jarbas Rodrigues, *et al.* **Características gerais dos sistemas locais de esgotamento sanitário de Miguel Pereira, Russas – CE – IFCE – Instituto Federal do Ceará.**

FALCÃO, Tiago. **Bolsa Família e a erradicação da extrema pobreza**. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/artigos/artigo-bolsa-familia-e-a-erradicacao-da-extrema-pobreza.2011>. Acesso em: 03/11/2014

FERRAZ, Lúcio Flávio. **Programa Bolsa Família: Impactos na distribuição da renda, 2008**. Disponível em: <http://portal2.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/2055562.PDF>. Acesso em: 05/02/2015.

FONSECA, João José Saraiva. **Metodologia da Pesquisa Científica**. – Ceará, 2002. Disponível em: <http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2012-1/1SF/Sandra/apostilaMetodologia.pdf>. Acesso em: 11/10/2014

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>. Acesso em: 15/02/2015.

IDSMM – Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá. Banco de dados: Desembarque do instituto de desenvolvimento sustentável Mamirauá – Programa de manejo de pesca (2014).

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/> acesso em 20/04/2015. Acesso em: 10/01/2015.

KERSTENETZKY, Cleia Lessa. **Redistribuição e desenvolvimento? A economia política do programa Bolsa Família**. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 52, no 1, 2009, pp. 53 a 83. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/dados/v52n1/vs2n1a02>.

MARCOS, Viviane da Silva. **Demanda de madeira na cidade de Tefé – AM**. : Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, 2015.

MDS – Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Disponível em: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/beneficios>. Acesso em: 01/05/2015.

Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Disponível em: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/condicionalidades>. Acesso em 05/05/2015

MUCELIN, Alberto; BELLINE, Marta. **Lixo e Impactos ambientais perceptíveis no ecossistema urbano**, 2008.

NISHI, Lisandro. **Coefficiente de Gini: uma medida de distribuição de renda.** Florianópolis, SC. 2010. Disponível em: http://200.19.105.194/esag/arquivos/id_submenu/63/apostila_gini.pdf. Acesso em: 05/05/2015

PERALTA, Nelissa Bezerra. **Os Ecoturistas estão chegando: Aspectos da mudança social da RDS Mamirauá, AM.** Dissertação de Mestrado. UFPA. 2005.

PERALTA, Nelissa; LIMA, Deborah. **Um panorama abrangente da economia doméstica de Mamirauá e Anamá em 2010.**

PINTO, Rosa Maria, *et al.* **Condição Feminina de mulheres chefes de família em situação de vulnerabilidade social.** São Paulo. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282011000100010&script=sci_arttext. Acesso em: 01/05/2015.

SANTOS, Hozana; Nascimento, Maria de Fátima. **Considerações sobre o Programa Bolsa Família: avanços ou recuos na “proteção social”, 2006.**

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2000.

SIMÕES, P.; SOARES, R. **Efeitos do Programa Bolsa Família da fecundidade das beneficiárias.** RBE, 2012.

SOUZA, Pedro Herculano; OSORIO, Rafael. **O perfil da pobreza no Brasil e suas mudanças entre 2003 e 2011.** Bolsa Família, uma década de inclusão e cidadania. Brasília: Ipea, 2013.